

Estado português não pode decidir sobre encerramento de Almaraz

17 de Maio, 2017

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, frisou ontem, no parlamento, que o Estado português não se pode imiscuir na decisão que compete a Espanha de encerrar ou manter em funcionamento a central nuclear de Almaraz. Santos Silva, que falava na comissão parlamentar de Ambiente e Ordenamento do Território, disse que o Governo “segue a orientação” da Assembleia da República quanto a Almaraz e que “a decisão de eventual fecho ou prolongamento” da central “compete ao Estado espanhol”, refere a agência Lusa.

“Não garanto uma coisa [o eventual encerramento da central depois de 2020] que depende de decisões que não são minhas”, sublinhou, respondendo aos deputados, quando questionado sobre a posição de Portugal relativamente ao encerramento da central espanhola, localizada a cerca de 100 Km da fronteira portuguesa.

O chefe da diplomacia portuguesa ressaltou, sem se referir diretamente ao fecho da central nuclear, que Portugal defende a “transição energética” de Espanha para “energias renováveis, limpas e seguras”.

Segundo Augusto Santos Silva, “é do interesse” de Portugal “trabalhar para que seja possível proceder a uma transição energética em Espanha”, que “reduza a zero” os riscos para as populações.

O titular da pasta dos Negócios Estrangeiros assegurou que Portugal será “intransigente na defesa dos interesses” portugueses, mas também “cooperativo e credível” nas suas propostas.

Para o ministro, “a energia nuclear não é um risco zero” e “a possibilidade de haver um equipamento perto da fronteira portuguesa colide com o interesse nacional”.

A audição do ministro dos Negócios Estrangeiros, em conjunto com o ministro do Ambiente, João Matos Fernandes, foi requerida por BE e PEV a propósito da Central Nuclear de Almaraz.